

MONITOR

Dezembro 2021



REPÓRTER
BRASIL

**“OS BOIS
MARCHAM EM
DIREÇÃO ÀS
FLORESTAS”**

O décimo segundo número do Monitor, boletim que divulga os estudos setoriais e de cadeia produtiva da Repórter Brasil, analisa as relações entre a carne vendida por grandes varejistas nos Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia e o desmatamento de florestas nativas no Brasil.

MONITOR #12

EXPEDIENTE

EDIÇÃO

André Campos

“Os bois marcham em direção às florestas”

PESQUISA E TEXTO

André Campos e Poliana Dallabrida

INFOGRÁFICOS

Tarcisio Cataldi

FOTOS

Piero Locatelli e Fernando Martinho (capa e p.10)

Daniel Beltra (p.03)

Bruno Kelly (p.05)

Marcio Isensse e Sa (p.09)

Joao Laet (p.14, p.15 e p.26)

Ana Cotta (p.24)

Paulo Pereira (p.18)

A C Moraes (p.20)

Ibama(p.28)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Elaine Almeida

PRODUÇÃO

Fernanda Sucupira

Esta publicação foi elaborada em parceria com a Mighty Earth (www.mightyearth.org).

REPÓRTER BRASIL

ORGANIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E PROJETOS SOCIAIS

COORDENADOR GERAL

Leonardo Sakamoto

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcel Gomes

COORDENADORA FINANCEIRA

Marta Santana

ASSISTENTE DA COORDENAÇÃO

Marília Ramos

ENDEREÇO

Rua Amália de Noronha, 151
Conj. 605. São Paulo - SP
Brasil CEP 05410-010



REPÓRTER
BRASIL

CONTATOS



biobr@reporterbrasil.org.br



[ONGReporterBrasil](https://www.facebook.com/ONGReporterBrasil)



[@reporterb](https://twitter.com/reporterb)

(55 11) 2506-6570

(55 11) 2506-6562

(55 11) 2506-6576

(55 11) 2506-6574

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
OS BOIS MARCHAM EM DIREÇÃO ÀS FLORESTAS	04
OS “CORTES NOBRES” SEGUEM PARA O EXTERIOR	06
JBS	09
DA AMAZÔNIA PARA SÃO PAULO	10
DO PANTANAL PARA A EUROPA	11
OUTRO LADO	14
MARFRIG	15
INVASÃO DE TERRA INDÍGENA	15
DESMATAMENTO NO CERRADO	17
OUTRO LADO	18
MINERVA	19
AMAZÔNIA E CERRADO	19
OUTRO LADO	20
VAREJO INTERNACIONAL	21
CORTES NOBRES	21
CARNE ENLATADA	22
BEEF JERKY	24
DEVASTAÇÃO NO PRATO DO CONSUMIDOR	26
SISBOV: RASTREABILIDADE SEM USO SOCIOAMBIENTAL	27
MESMO DONO, CRITÉRIOS DIFERENTES	27
GTAS: FALTA DE TRANSPARÊNCIA	27
RESPONSABILIDADES DO VAREJO	28
RECOMENDAÇÕES	29
DEMANDAS PARA UMA CADEIA DE SUPRIMENTOS LIVRE DE DESMATAMENTO	29

INTRODUÇÃO

A indústria da carne é hoje uma das maiores responsáveis pelo desmatamento global de florestas nativas. E o Brasil, lar da maior floresta tropical do mundo, está no centro dessa realidade. Além da Amazônia, o país abriga outros importantes biomas – como o Cerrado e o Pantanal – onde a vegetação nativa dá lugar a pastagens em ritmo acelerado. Uma expansão que visa atender não só ao mercado doméstico, mas também a uma crescente variedade de países e consumidores espalhados por todos os continentes do planeta.

A carne brasileira passa por muitas mãos e lugares até aterrissar nas gondolas dos supermercados. Antes de chegar ao abate, é comum que o gado seja transferido entre diversas fazen-

das ao longo de sua vida. Na indústria, os principais frigoríficos brasileiros são signatários de compromissos públicos para bloquear as compras de fazendas envolvidas com desmatamento recente. Mas falham em entregar os resultados prometidos por uma série de motivos. O principal deles é, sem dúvida, a incapacidade de identificar quem são os seus fornecedores indiretos – ou seja, as demais fazendas por onde os animais passaram antes de chegar ao local que realiza a venda final.

Neste relatório, a Repórter Brasil mapeou exemplos concretos dessa realidade, conectando a carne vendida por importantes grupos varejistas – nos Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia – a plantas frigoríficas expos-

tas não só a crimes ambientais, mas também à invasão de Terras Indígenas. Uma realidade que ocorre apesar de a lei brasileira já impor, para determinados mercados de exportação, sistemas de rastreabilidade individual dos bois, capazes de mapear fornecedores indiretos. Tal mapeamento, no entanto, é utilizado somente para o controle sanitário da carne exportada. Não há qualquer uso dessas informações para a aplicação de critérios socioambientais.

Dessa forma, a indústria brasileira – e os seus clientes no mercado internacional – seguem sem apresentar resultados concretos para lidar com o problema, apesar das promessas assumidas, há mais de dez anos, visando garantir a plena rastreabilidade do rebanho.



OS BOIS MARCHAM EM DIREÇÃO ÀS FLORESTAS

O impacto da pecuária na Amazônia, umbilicalmente ligado aos alarmantes índices de desmatamento registrados nos últimos anos, é resultado de um processo de décadas, que, gradualmente, vem levando à expansão das pastagens nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Até os anos 1970, a criação de animais nessa parte do país respondia por um percentual marginal do rebanho brasileiro. Mas, nos últimos 40 anos, o rebanho na chamada Amazônia Legal se multiplicou por dez. Hoje equivale a 41% dos cerca de 200 milhões de bovinos que pastam em território nacional¹.

Não é se se espantar, portanto, que a criação de bois tenha se convertido no carro-chefe do desmatamento da maior floresta tropical do planeta. Os dados mais recentes do governo federal apontam que pastagens – muitas delas degradadas e de baixa produtividade – ocupam 65% das áreas do bioma onde ocorreu a perda da cobertura florestal². Mas o impacto ambiental da atividade não se resume a essa única região do país. A atividade também contribui para a perda atual de mata nativa em outros biomas brasileiros igualmente ameaçados, como o Cerrado e o Pantanal.

A expansão da pecuária nessas fronteiras agrícolas foi acompanhada e impulsionada de perto pela indústria da carne, através da instalação de abatedouros e frigoríficos em municípios inseridos no coração das frentes de desmatamento. Grande parte dessas plantas de abate pertence, inclusive, aos três maiores grupos brasileiros do setor: JBS, Marfrig e Minerva. São empresas que, nos últimos 25 anos, saltaram de pequenas operações regionais a grandes multinacionais do processamento

de carnes – em grande medida com o apoio de financiamentos estatais.

A JBS conta com aportes acionários e empréstimos vultosos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), recursos em grande parte utilizados na aquisição de concorrentes. Atualmente, o banco detém aproximadamente 23% das ações da processadora de carnes, cujo faturamento saltou de R\$ 3,5 bilhões em 2004 para R\$ 270,2 bilhões em 2020³. A Marfrig também recebeu aportes do BNDES, que foi o segundo maior acionista da empresa até o fim de 2019. Em menor escala, a Minerva foi igualmente beneficiada por empréstimos do banco e de outras instituições estatais, como o Banco da Amazônia.

Os três gigantes da carne são pressionados, há mais de 10 anos, a tomar medidas efetivas contra a devastação ambiental em suas redes de abastecimento. Ainda em 2009, assumiram um compromisso ambicioso: excluir de sua lista de fornecedores as fazendas que desmataram a floresta amazônica após outubro daquele ano. Também deveriam ser bloqueadas as compras das propriedades flagradas utilizando mão de obra análoga à escrava, ou, ainda, localizadas em terras indígenas e unidades de conservação.

Os critérios, resultado de um acordo firmado com o Greenpeace⁴, não se restringem ao desmatamento ilegal. Incluem todo e qualquer desmatamento de mata nativa, mesmo que autorizado por órgãos ambientais. Além disso, as empresas também firmaram acordos com o Ministério Público Federal (MPF). Em alguns casos – como no da JBS⁵ –, eles estendem medidas anti-desmatamento para os outros biomas nos estados da chamada Amazônia Legal⁶.

Apesar dos compromissos, a carne com origem em áreas desmatadas ainda chega aos grandes frigoríficos do país. Ao longo dos últimos anos, auditorias, fiscalizações governamentais, estudos e reportagens têm mostrado diversas falhas e limitações nos acordos e políticas de monitoramento adotadas. Entre eles, há dois problemas centrais: os fornecedores indiretos e a lavagem de gado.

A atividade pecuária é marcada por um intenso comércio de animais entre fazendas antes da venda final para os frigoríficos. Mas excetuando-se alguns nichos específicos de mercado, inexitem no Brasil práticas para rastrear os animais desde o nascimento até o abate. O monitoramento de fornecedores realizados pelos abatedouros só dá conta do elo final desta longa cadeia de negócios – ou seja, das fazendas que vendem diretamente aos frigoríficos. Não enxerga, dessa forma, os crimes ambientais associados às áreas de pastagem que fornecem animais para seus fornecedores diretos. É importante ressaltar que uma grande parcela do desmatamento está concentrada justamente nesse tipo de propriedade rural, que não realiza negócios diretamente com a indústria da carne.

Grande parte dos bovinos criados em áreas de desmatamento recente são transferidos para a engorda final em propriedades “ficha limpa”, que realizam, por sua vez, a venda para os matadouros. Em alguns casos, as transferências são verdadeiras, mas, em outros, são uma mera ilusão burocrática. Ocorrem apenas no papel, como forma de viabilizar o abate de animais ligados a problemas socioambientais das mais diversas naturezas, como o desmatamento ilegal, a invasão de terras indíge-

nas ou o uso de mão de obra escrava. Esse tipo de prática fraudulenta é conhecida como lavagem de gado.

Como reação às críticas mais recentes, ligadas ao aumento do desmate na região amazônica e em outros biomas, os principais frigoríficos brasileiros fizeram uma nova rodada de promessas ao longo de 2020. JBS e Marfrig comunicaram planos para monitorar toda a ca-

deia produtiva, do nascimento ao abate, respectivamente até 2025 e 2030. O Minerva também anunciou o uso de um sistema para rastrear os fornecedores indiretos, chamado Visipec, como forma de estudar alternativas para avançar nesse objetivo.

Tais compromissos não são exatamente novos. Já em 2009, durante as negociações com o Greenpeace, os três

gigantes da carne haviam se comprometido a comprovar – “de forma monitorável, verificável e reportável” – que nenhum de seus fornecedores indiretos havia desmatado no bioma Amazônia após outubro daquele ano. O prazo previsto para cumprir essa meta era até 2011, mas nenhum avanço significativo foi alcançado⁷.



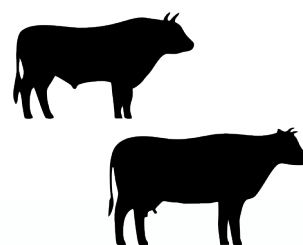
OS “CORTES NOBRES” SEGUEM PARA O EXTERIOR

A maior parte da carne bovina produzida no Brasil é consumida dentro do próprio país. No entanto, o setor passa por um crescente processo de internacionalização. O peso das exportações vem aumentando acentuadamente nas últimas décadas, sendo que o país já possui posição dominante nesse mercado. O Brasil lidera o comércio internacional de produtos de

carne bovina, controlando um quarto do mercado global⁸.

A carne brasileira é hoje consumida em todos os continentes. A Ásia, o Oriente Médio e a África são os principais polos importadores. A União Europeia⁹ abocanhou, em 2020, 6,3% das exportações. Já os Estados Unidos e o Reino Unido foram, respectivamente, o destino de 4,6% e 2,2% do volume total exportado¹⁰.

Apesar de representarem um destino secundário em relação ao volume total, Estados Unidos e União Europeia são considerados mercados estratégicos. Em grande medida, porque absorverem produtos de maior valor agregado. Ocupam, por exemplo, um papel de destaque tanto no mercado de cortes nobres quanto de carnes processadas.



Exportações de carne bovina para a União Europeia (2020)¹¹

<i>Produto</i>	<i>US\$</i>	<i>KG</i>
Carnes congeladas	222.970.408	35.559.234
Carnes frescas ou refrigeradas	115.939.679	15.633.072
Preparações alimentícias e conservas	83.364.635	13.382.324
Tripas	21.501.782	5.856.420
Carnes salgadas, secas ou defumadas	80.517	11.675
Total	443.857.021	70.442.725

Exportações de carne bovina para os Estados Unidos (2020)¹²

<i>Produto</i>	<i>US\$</i>	<i>KG</i>
Preparações alimentícias e conservas	316.205.995	39.004.279
Carnes congeladas	96.115.737	20.113.254

Tripas	1.608.489	426.650
Carnes frescas ou refrigeradas	1.974	320
Carnes salgadas, secas ou defumadas	1.050	522
Total	413.933.245	59.545.025

Exportações de carne bovina para o Reino Unido (2020)¹³

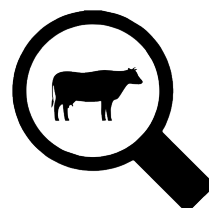
<i>Produto</i>	<i>US\$</i>	<i>KG</i>
Preparações alimentícias e conservas	96.157.475	23.331.523
Carnes congeladas	5.130.029	990.639
Carnes frescas ou refrigeradas	3.290.335	477.680
Tripas	174.961	24.592
Carnes salgadas, secas ou defumadas	25.928	4.066
Total	104.778.728	24.828.500

JBS, Marfrig e Minerva responderam, juntas, por 71% das exportações brasileiras de carnes bovinas entre 2015 e 2017, segundo dados compilados pela plataforma Trase¹⁴. Em relação às vendas para a União Europeia e os Estados Unidos, a concentração é ainda maior. As três empresas e as suas subsidiárias enviaram mais de 90% das

carnes brasileiras consumidas tanto pelo bloco europeu quanto no mercado norte-americano.

Os frigoríficos localizados dentro do bioma amazônico respondem por uma parcela extremamente reduzida das exportações para esses dois polos consumidores. Plantas industriais instaladas em São Paulo, na região sudeste

do país, lideram as exportações para ambos. Outros estados fora da Amazônia, como Goiás e Mato Grosso do Sul, também ocupam papel de destaque, assim como plantas de abate em áreas de Cerrado do estado do Mato Grosso.



Origem (UF) da carne exportada para a União Europeia (2020)

<i>UF</i>	<i>US\$</i>	<i>KG</i>	<i>% (KG)</i>
São Paulo	155.405.657	24.534.457	34,8%
Mato Grosso	128.771.144	20.114.781	28,6%
Goiás	81.038.970	11.981.486	17%
Mato Grosso do Sul	39.205.052	6.098.544	8,7%
Minas Gerais	20.982.563	3.449.757	4,9%

Rio Grande do Sul	15.030.032	3.519.970	5%
Outros	3.423.603	743.730	1,1%
Total	443.857.021	70.442.725	100%

Origem (UF) da carne exportada para os Estados Unidos (2020)

<i>UF</i>	<i>US\$</i>	<i>KG</i>	<i>% KG</i>
São Paulo	282.974.984	36.588.549	61,5%
Mato Grosso do Sul	37.174.995	8.632.148	14,5%
Goiás	27.787.369	5.105.676	8,6%
Rio de Janeiro	27.352.047	1.620.150	2,7%
Minas Gerais	20.843.841	4.072.001	6,8%
Rio Grande do Sul	6.919.087	1.057.810	1,8%
Rondônia	5.901.969	1.394.967	2,3%
Mato Grosso	4.844.406	1.033.677	1,7%
Outros	134.547	40.047	0,1%
Total	413.933.245	59.545.025	100%

Origem (UF) da carne exportada para o Reino Unido (2020)

<i>UF</i>	<i>US\$</i>	<i>KG</i>	<i>% KG</i>
Rio Grande do Sul	55.585.589	13.535.486	54,5%
São Paulo	42.253.874	10.068.866	40,6%
Goiás	3.251.044	602.038	2,4%
Mato Grosso	3.002.055	517.015	2,1%
Outros	686.166	105.095	0,4%
Total	104.778.728	24.828.500	100,00%

A localização dessas plantas exportadoras é comumente evocada por importadores da carne brasileira como forma de dissociar suas cadeias produtivas do desmatamento. É o que alegou, por exemplo, o varejista Iceland ao jornal britânico Independent, em resposta a investigações mencionando à venda de produtos da JBS em suas lojas. A empresa alegou que as compras eram “separadas geograficamente da área do bioma amazônico, garantindo

que nenhuma carne da Amazônia é utilizada em seus produtos”^{15,16}

No entanto, o comércio interestadual de animais é uma realidade recorrente no Brasil, perfazendo distâncias que chegam a atingir milhares de quilômetros. Dessa forma, até mesmo compras de carnes processadas em plantas industriais de São Paulo podem estar contaminadas com o desmatamento amazônico.

Essa realidade é abordada em alguns estudos de caso investigados pela Repórter Brasil, que serão mostrados na sequência. Além do desmatamento na Amazônia, eles também mostram como crimes ambientais em outros biomas – a exemplo do Cerrado e do Pantanal – estão ligados a plantas que exportam carne para a Europa e os Estados Unidos.



Frilori
CARNE CONFIÁVEL TEM NOME.

JBS

O maior frigorífico brasileiro é um importante fornecedor de carnes processadas para o varejo internacional. Enlatados (corned beef) e snacks (beef jerky) produzidos pela empresa no Brasil podem ser facilmente encontrados tanto na União Europeia quanto nos Estados Unidos. Eles estão presentes inclusive nas prateleiras de algumas das maiores redes de supermercados atuantes nessas regiões, como Albert Heijn, Auchan, Carrefour, Costco, Delhaize, Edeka, Lidl, METRO, Netto, Plus, REWE, Sainsbury's e Stop&Shop.

A JBS produz carnes processadas principalmente no estado de São Pau-

lo, maior centro industrial do país e muito distante das principais fronteiras agrícolas na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal. Nas unidades de Andradina e Lins, região oeste do estado, é fabricado o corned beef vendido ao exterior. Já o beef jerky é produzido em Lins e em Santo Antônio da Posse, município localizado na região metropolitana de Campinas (SP). Lá a JBS mantém uma joint-venture com a multinacional norte-americana Jack Links, uma das maiores marcas globais para esse tipo de produto.

A grande distância que separa essas fábricas das principais fronteiras agríco-

las não garante redes de abastecimento livres do desmatamento ou de violações dos direitos indígenas. Em primeiro lugar, porque as unidades de carnes processadas podem utilizar matéria-prima oriunda de outros abatedouros da JBS pelo país. Em segundo lugar, porque mesmo quando a carne utilizada é abatida localmente, há chances de o animal, em algum momento de sua vida, ter pastado em fazendas ligadas a crimes ambientais.



DA AMAZÔNIA PARA SÃO PAULO

Esse risco de contaminação está presente, por exemplo, no caso da Fazenda Santa Lúcia, de Odair Afonso Rebelato. Localizada em Espírito Santo do Turvo (SP), município próximo a Lins, a fazenda forneceu gado em diferentes ocasiões, entre 2019 e 2021, para o abatedouro da JBS naquela cidade.

Documentos acessados pela Repórter Brasil mostram que a Fazenda Santa Lúcia adquire animais para engorda de outras fazendas. Entre elas está a Estância Painera, uma área de pastagem de 392 hectares localizada a mais dois mil quilômetros de distância, em Altamira (PA) – município que está no coração de uma das regiões de floresta amazônica mais afetadas pelo desmatamento.

A Estância Painera possui registros de desmate da mata nativa após 2008 e déficit nas áreas de Reserva

Legal e de Proteção Permanente que deveriam ser mantidas pela propriedade. É o que aponta plataforma SeloVerde¹⁷, lançada pelo governo do Pará em abril de 2021. Ela disponibiliza dados sobre a produção agropecuária e adequação ambiental por propriedades rurais no estado.

Mas os problemas não param por aí. A Estância Painera pertence a Carlos Antônio Nunes, que também é dono de outra propriedade muito maior em Altamira – a Fazenda Bonanza, de 2,2 mil hectares –, separada da primeira por apenas 40 quilômetros. Desde 2013, ela possui 330 hectares embargados pelo Ibama devido ao desmate ilegal de floresta amazônica em seu perímetro. O proprietário foi multado em cerca de R\$ 1,6 milhão devido ao crime.

A Repórter Brasil apurou que, somente entre 2019 e 2020, a Fazenda Bonanza encaminhou mais de 500 animais para serem engordados na Estância Painera. Ou seja, os animais adquiridos desta última por terceiros

eventualmente podem ter se originado, em algum momento, na área de pastagem da Fazenda Bonanza, objeto de autuação pelo Ibama.

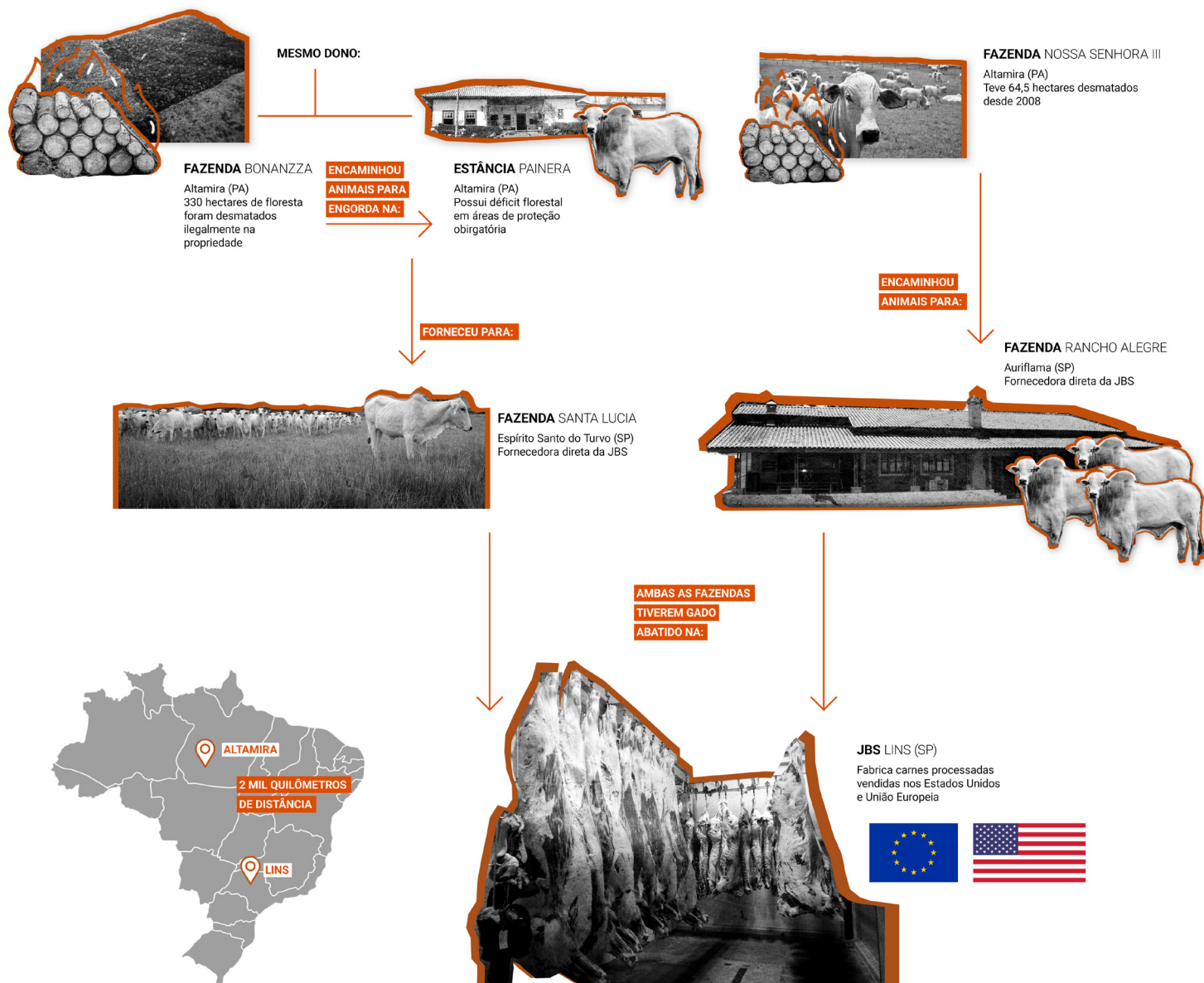
Considerando os critérios de sustentabilidade publicamente assumidos pela JBS, os passivos ambientais de ambas as fazendas deveriam, em teoria, vetá-las para a aquisição de animais. Mas a falta de rastreabilidade em relação aos fornecedores indiretos faz com que o risco de contaminação da cadeia produtiva permaneça. O risco é real até mesmo para plantas frigoríficas como a de Lins, localizadas em regiões muito distantes da Amazônia.

O caso da Fazenda Santa Lúcia não pode ser considerado uma situação isolada. Ele mostra, na verdade, uma dinâmica recorrente na pecuária brasileira. Outro exemplo semelhante envolve a Fazenda Rancho Alegre, do pecuarista Rayner Barbieri. A propriedade, localizada em Auriflora (SP), também abasteceu o abatedouro de Lins em 2021.

No ano anterior, ela adquiriu animais para engorda de outra propriedade em Altamira – a Fazenda Nossa Senhora Aparecida III, de Edilson Souto

Rodrigues. Trata-se de uma outra área de pastagem que, segundo a plataforma SeloVerde, registra desmatamento após 2008, de 65,4 hectares, além de

déficit nas áreas de Reserva Legal e de Proteção Permanente.



DO PANTANAL PARA A EUROPA

O risco de contaminação das compras de gado via fornecedores indiretos não se restringe somente à Amazônia, mas afeta também outros biomas impactados pela devastação ambiental. É o caso do Pantanal, que em 2020 viveu seu maior surto de queimadas em décadas – sendo a limpeza de pastagens um dos principais fatores por trás dos focos de incêndio.

É do Pantanal que vem parte dos animais abatidos pelo frigorífico da JBS em Campo Grande (MS) – uma das plantas da empresa habilitadas a exportar carne “in natura” para a União Europeia. Um de seus fornecedores é o pecuarista Osvaldo Firmino de Souza, dono da Fazenda Pica Pau¹⁸, em Rio Negro (MS). A propriedade é uma fornecedora regular de gado para a empresa ao longo dos últimos dois anos.

Além desta, o fazendeiro também possui outra área de pastagem em Corumbá (MS): a Fazenda Santa Therezi-

nha do Piquiri I, II e III, onde o Ibama constatou, em dezembro de 2018, o desmatamento ilegal de 181 hectares de terras pantaneiras. Seu proprietário foi multado em R\$ 900 mil pelo crime, que também colocou a fazenda na lista de áreas embargadas pelo órgão ambiental.

A Repórter Brasil apurou que, mesmo após o delito e o embargo, animais oriundos da propriedade continuaram sendo encaminhados para a engorda na Fazenda Pica Pau – a fazenda fornecedora direta da JBS.

Situação semelhante envolve outro fornecedor dessa mesma planta em Campo Grande. Hélio de Lima é o dono da Fazenda Tereré, em Porto Murtinho (MS), um latifúndio de 40 mil hectares onde o Ibama embargou, em 2014, uma área de 2,3 mil hectares desmatada ilegalmente. O mesmo crime já havia sido flagrado no local quatro anos antes.

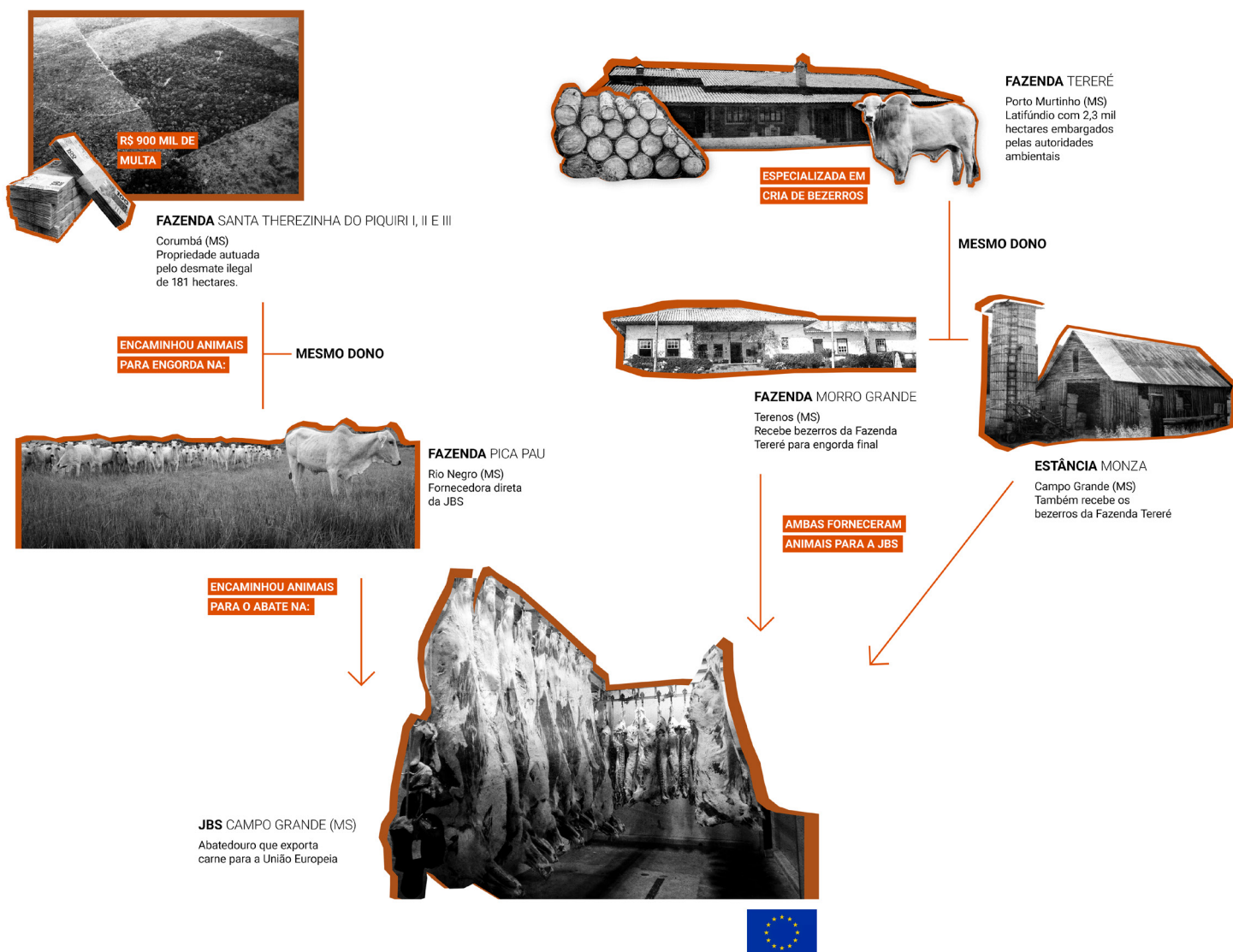
Fazenda Tereré é especializada na cria de bezerros, encaminhados posteriormente para a recria e a engorda em outras propriedades de Hélio de Lima, de onde os animais saem para o abate. Elas incluem a Estância Monza, em Campo Grande (MS), e a Fazenda Morro Grande, em Terenos (MS) – ambas fornecedoras da JBS.

Entre as empresas que vendem carnes “in natura” oriundas das operações da JBS em Campo Grande, responsáveis pelo abate do gado das fazendas Monza, Morro Grande e Pica Pau, está a rede varejista Lidl, uma das maiores cadeias de supermercados da Europa.

Considerando os critérios de sustentabilidade publicamente assumidos pela JBS, os passivos ambientais de ambas as fazendas deveriam, em teoria, vetá-las para a aquisição de animais. Mas a falta de rastreabilidade em relação aos fornecedores indiretos faz com que o risco de contaminação da cadeia produtiva permaneça. O risco é real até mesmo para plantas frigoríficas como a de Lins, localizadas em regiões muito distantes da Amazônia.

O caso da Fazenda Santa Lúcia não pode ser considerado uma situação isolada. Ele mostra, na verdade, uma dinâmica recorrente na pecuária brasileira. Outro exemplo semelhante envolve a Fazenda Rancho Alegre, do pecuarista Rayner Barbieri. A propriedade, localizada em Aurifloma (SP), também abasteceu o abatedouro de Lins em 2021.

No ano anterior, ela adquiriu animais para engorda de outra propriedade em Altamira – a Fazenda Nossa Senhora Aparecida III, de Edilson Souto Rodrigues. Trata-se de outra área de pastagem que, segundo a plataforma SeloVerde, registra desmatamento após 2008, de 65,4 hectares, além de déficit nas áreas de Reserva Legal e de Proteção Permanente.





SISBOV: RASTREABILIDADE SEM CRITÉRIOS SOCIOAMBIENTAIS

Estância Monza, a Fazenda Morro Grande e a Fazenda Pica Pau são todas propriedades aptas à exportação de carnes “in natura” para a União Europeia. As três fazendas integram o Sistema Brasileiro de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos (Sisbov) – uma certificação obrigatória aos pecuaristas que desejam vender esse tipo de produto¹⁹ para o bloco europeu.

Sua origem remonta à epidemia de “vaca louca” que afetou a Europa durante a década de 1990, causando o adoecimento de centenas de pessoas, além de grandes prejuízos aos criadores de gado locais. Para dar uma resposta ao problema, a União Europeia decidiu implementar regras mais rígidas de rastreabilidade para o seu próprio rebanho. Elas incluíam a identificação individual de cada boi, vaca ou bezerro nascido em seu território, por meio de marcas auriculares, bem como a criação de um “passaporte” para identificar todos os locais por onde transitaram os animais, do nascimento até a morte. O objetivo central é rastrear rapidamente focos de propagação de doenças que possam afetar a saúde humana.

Com a adoção desses novos critérios, os países europeus passaram a

exigir práticas correlatas para a importação de carne bovina. E foi justamente nesse contexto que o Sisbov foi criado, em 2002. O objetivo era equiparar as normas brasileiras de exportação para a região às regras internas implementadas anteriormente.

O Sisbov abrange, atualmente, um grupo bastante seletivo de propriedades rurais. São aproximadamente 1,5 mil fazendas aprovadas, num universo de centenas de milhares de áreas de pastagem existentes no Brasil. Para as demais propriedades dedicadas à pecuária, valem regras de rastreabilidade e controle sanitário muito mais brandas. Não é realizado o monitoramento individual do rebanho, tampouco qualquer controle do ciclo de vida completo dos animais.

Como o próprio nome diz, o Sisbov visa garantir a rastreabilidade individual de todos os bovinos cuja carne é enviada para a União Europeia. Para tanto, emprega diversos protocolos de controle e de rotulagem dos animais. Eles incluem o uso de brincos identificando cada um daqueles que nascem nas propriedades habilitadas à exportação – ou, ainda, que para elas são transferidos de outras fazendas.

Segundo a Instrução Normativa que regulamenta o Sisbov, os estabelecimentos rurais certificados precisam registrar no banco de dados do Sistema a entrada de gado oriundo de outras propriedades, identificando a fazenda de origem. Isso deve ocorrer no prazo máximo de 30 dias após a chegada dos animais.

Isso significa que o Sisbov também pode ser utilizado, em teoria, para monitorar fornecedores indiretos, ainda que parcialmente – estendendo a rastreabilidade, se não até o nascimento dos animais, ao menos até as fazendas que transferem gado diretamente às propriedades habilitadas para exportação. Ou seja, mais um elo da cadeia poderia ser incorporado aos critérios socioambientais de compra já anunciados pelas principais empresas exportadoras em relação aos seus fornecedores diretos.

Mas isso não acontece na prática, conforme será demonstrado ao longo deste relatório.

OUTRO LADO

Procurada pela Repórter Brasil, a JBS ressaltou que “não compactua nem tolera qualquer tipo de desrespeito ao meio ambiente, a comunidades indígenas e à legislação nacional”. E que, no momento das compras, todas as propriedades fornecedoras diretas mencionadas estavam em conformidade com os protocolos de compra responsável adotados pela empresa.

A multinacional afirmou ainda que adotou uma estratégia inovadora para enfrentar o desafio dos fornecedores indiretos. É a Plataforma Pecuária Transparente²⁰, que, segundo o frigorífico, vai avançar na rastreabilidade da cadeia “identificando elos anteriores e possibilitando que seus fornecedores diretos avaliem seus próprios forne-

cedores de animais com os mesmos critérios socioambientais da Política de Compra Responsável da JBS”.

Sobre o Sisbov, a Repórter Brasil perguntou à JBS se a empresa acessa informações sobre os fornecedores indiretos das fazendas certificadas – já que, conforme explicado, o Sisbov mantém registros sobre esses fornecedores indiretos. A multinacional não respondeu positivamente. Destacou apenas que o Sisbov visa exclusivamente ao controle sanitário e que “JBS verifica o relatório executivo fornecido pelo sistema em cada um dos lotes provenientes de fazendas cadastradas”. Além disso, segundo a empresa, “está em curso uma solução tecnológica para integração (do Sisbov) com nossa plataforma de due diligence de fornecedores”.

Em relação aos pecuaristas mencionados, Odair Afonso Rebelato e Rayner Barbieri não responderam aos contatos telefônicos e aos emails enviados. Carlos Antônio Nunes, Edilson Souto Rodrigues e Osvaldo Firmino de Souza não foram localizados.

Hélio de Lima, por sua vez, afirmou por meio de seu advogado que a autuação do Ibama “decorre de um enorme equívoco”, visto que não teria ocorrido desmate de mata nativa no local, mas, sim, limpeza de um pasto degradado em uma área que havia sido abandonada por seus donos anteriores.

O posicionamento completo encaminhado pela JBS e por Hélio de Lima está disponível em: <https://reporter-brasil.org.br/2021/07/ranchers-and-beef-companies/>.



INVASÃO DE TERRA INDÍGENA

O segundo maior frigorífico brasileiro também possui unidades autorizadas a exportar carnes “in natura” para a União Europeia. Uma delas é a planta de abate da empresa em Tangará da Serra (MT), município localizado numa região de transição entre o Cerrado e a floresta amazônica.

A Fazenda Gera, em Campo Novo dos Parecis (MT), é uma importante fornecedora dessa unidade. Encaminhou animais regularmente para o abate no local ao longo dos últimos anos. Trata-se de um confinamento habilitado a exportar carnes para a Europa e pertencente à MFG Agrope-

cuária, empresa cujo dono é Marcos Molina – também fundador, controlador e atual presidente do Conselho de Administração da Marfrig. Até ser vendida ao seu atual dono, em 2016, a MFG Agropecuária pertencia formalmente ao grupo Marfrig.

Em 2016, a Fazenda Onça Parda, uma de propriedades fornecedoras da MFG Agropecuária, foi multada pelo Ibama por invadir o território da Terra Indígena Manoki, em Brasnorte (MT), destruindo 230 hectares de florestas no interior do seu território. A área desmatada ilegalmente, utilizada para a formação de pastagens, foi embargada pelo órgão federal. Mas, mesmo após isso, a Repórter Brasil identificou o fornecimento de animais da propriedade para a Fazenda Gera – o confinamento

da MFG Agropecuária que abastece a Marfrig em Tangará da Serra (MT).

A Fazenda da Pedra é outra propriedade habilitada a exportar para a União Europeia e que igualmente abastece essa unidade. Ela forneceu animais para o abatedouro em abril de 2021. A propriedade já havia sido mencionada em outra investigação da Repórter Brasil, publicada no ano passado²¹. Na ocasião, foi revelado que a propriedade recebia animais para engorda oriundos de outra área de pastagem – a Fazenda Bianchin – arrendada pelo mesmo proprietário. Ao todo, o Ibama aplicou R\$ 29 milhões em multas por infrações ambientais diversas nessa fazenda de origem. Os problemas incluem desmatamento sem autorização e o descumprimento de embargos ambientais.





FAZENDA ONÇA PARDA

Destruiu 230 hectares de floresta no interior de área indígena



MULTADO POR
INVADIR A TERRRA
INDÍGENA MANOKI



FORNECEU ANIMAIS
PARA ENGORDA NA:



FAZENDA GERA

Campo Novo do Parecis (MT)
Confinamento pertencente à
MFG Agropecuária



FORNECEU ANIMAIS
PARA O ABATE NA:

MARFRIG TANGARÁ DA SERRA (MT)

Exportadora de carnes para
a União Europeia



DESMATAMENTO

NO CERRADO

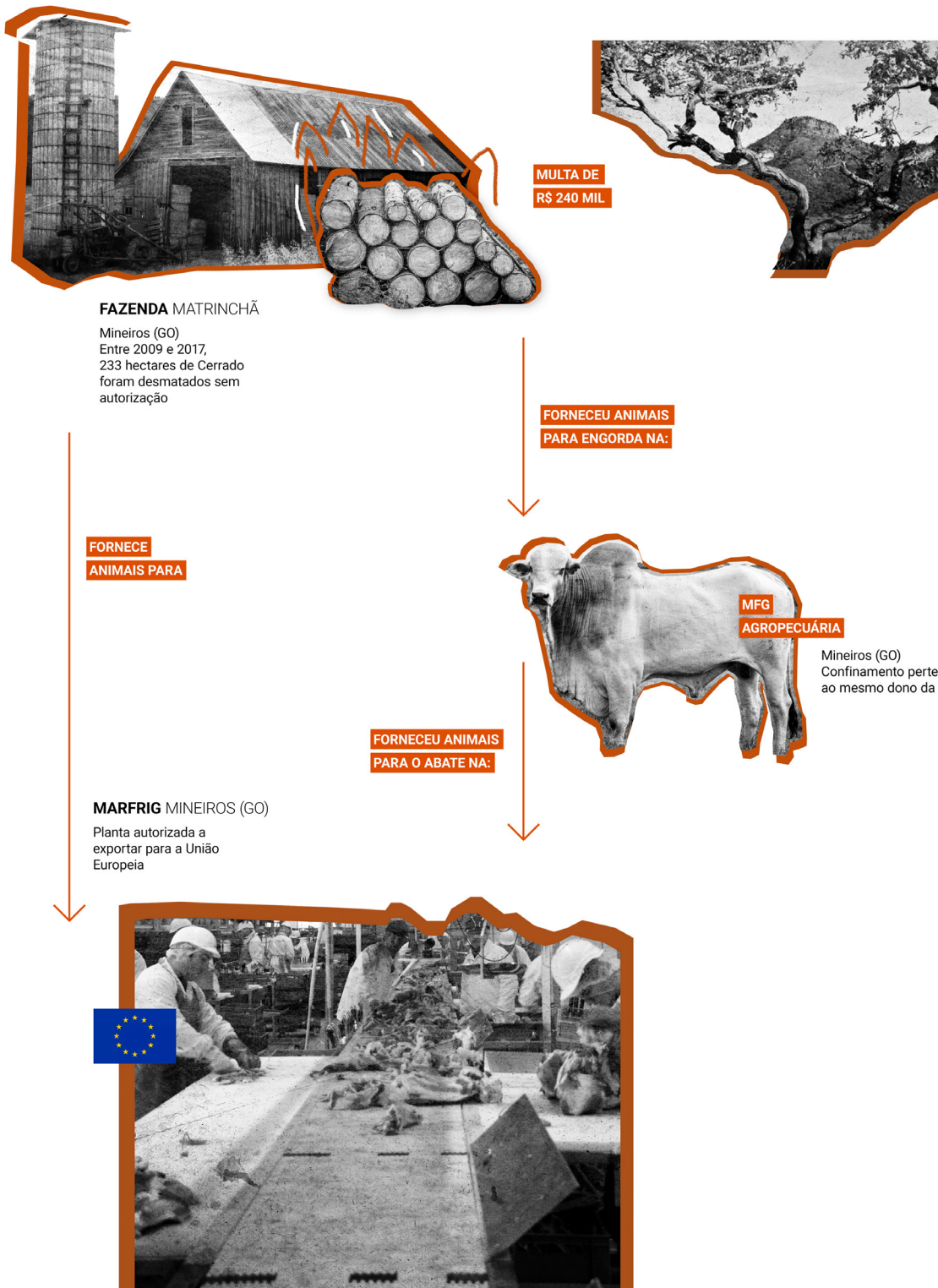
No estado vizinho, Goiás, a Marfrig controla uma planta de abate em Mineiros. É o mesmo município onde a MFG Agropecuária mantém outro confinamento habilitado a exportar carnes à União Europeia.

Entre as pastagens com histórico de fornecimento para esse confinamento

específico está a Fazenda Matrinhã, de Flávio Marchiό, também localizada em Mineiros. Em dezembro de 2020, o pecuarista foi multado pela secretaria estadual do meio ambiente em R\$ 240 mil. O 6rg6o detectou que, de 2009 a 2017, ocorreu um desmatamento sem autoriza76o de 233 hectares de vegeta76o nativa dentro da propriedade – incluindo 3,4 hectares desmatados em 6reas de preserva76o permanente. Por conta da infra76o, a 6rea de Cerrado

alvo do corte ilegal foi embargada pelos fiscais

Al6m de abastecer o confinamento da MFG Agropecu6ria, a fazenda tamb6m vende gado diretamente 6 planta da Marfrig em Mineiros. As vendas ocorreram at6 mesmo em abril de 2021, ou seja, ap6s o embargo estadual de grande parte da propriedade. A carne abatida no local pode ser encontrada, por exemplo, em lojas alem6s da rede varejista METRO.



OUTRO LADO

A Marfrig não comentou especificamente as suas compras diretas da Fazenda Matrinchã. Sobre a Fazenda da Pedra, a empresa diz que ela é submetida a todos os critérios socioambientais assumidos pelo frigorífico, e que a sua fornecedora de gado para engorda, a Fazenda Bianchin, “não se encontra em cadastros da Marfrig como fornecedora”.

Já sobre as aquisições de gado da MFG Agropecuária, a Marfrig disse não ter informações sobre as fazendas de origem dos animais encaminhados aos confinamentos. Informou que “possui os dados dos fornecedores diretos aderentes aos critérios socioambientais assumidos, e no caso MFG Agropecuária, sem alcance a sua cadeia de fornecimento (fornecedores indiretos)”.

Segundo o frigorífico, os fornecedores indiretos são objeto do Plano Marfrig Verde +, atualmente em desenvolvimento pela empresa. Ele visa ter toda a cadeia de fornecimento mapeada desde a origem até o abate, meta estabelecida para 2030. “Dentro do programa, à medida que vamos ob-

tendo essa identificação de origem de indiretos, a política aplicada ao fornecimento direto da Marfrig é expandida ao longo da cadeia como pré-condição para fornecimento. Regra agora submetida à MFG Agropecuária.”

A MFG Agropecuária, por sua vez, afirmou que desde 2019 realiza o monitoramento de seus fornecedores por meio de consulta aos dados públicos de áreas embargadas pelo Ibama, e das fiscalizações de trabalho escravo realizadas pelo governo federal.

“A última entrada de animais originados da Fazenda Onça Parda, de Luiz Carlos Flores Medina, foi em abril de 2018. Em março de 2019 chegamos a negociar com o produtor, processo que não foi concretizado devido à detecção de pendência ambiental, demonstrando a efetividade do nosso protocolo”, afirma a empresa. A MFG Agropecuária também afirma que a última compra da Fazenda Matrinchã ocorreu em agosto de 2019. “Na época a propriedade atendia ao nosso protocolo”, diz.

Sobre o Sisbov, a Marfrig afirmou ter acesso, na base de dados da certificação, apenas às informações re-

lacionadas aos seus fornecedores diretos. “Porém, informações relativas aos fornecedores dessas respectivas fazendas que fornecem diretamente à Marfrig não estão acessíveis para uma rastreabilidade completa”, complementa a multinacional.

O posicionamento completo encaminhado pela Marfrig e pela MFG Agropecuária está disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/07/ranchers-and-beef-companies/>.

Em relação aos pecuaristas, Luiz Medina disse, por telefone, em Junho de 2021, que não comercializa mais gado oriundo da Fazenda Onça Parda e que não há mais atividades no local. Afirmou possuir outras quatro áreas em Brasnorte que produzem gado. Disse que a área da Fazenda Onça Parda está parada desde a autuação e que a multa é questionada na Justiça.

Gustavo Vigano Piccoli não respondeu aos questionamentos encaminhados por email. Flavio Marchiό não foi localizado.



MINERVA

AMAZÔNIA E CERRADO

O terceiro maior grupo processador de carnes bovinas do Brasil também opera em território goiano, onde mantém uma planta de abate em Palmeiras de Goiás (GO). Entre as propriedades aprovadas no Sisbov que abastecem essa unidade específica está a Fazenda Dona Esther, localizada em Jussara (GO). Ela forneceu centenas de animais ao Minerva ao longo do primeiro semestre de 2021.

Também em 2021, a Fazenda Dona Esther recebeu animais para recria oriundos de outra área de pastagem

nesse mesmo município do Cerrado goiano: a Fazenda São Sebastião. Uma fiscalização da secretaria estadual do meio ambiente, realizada em 2015, identificou na propriedade o desmatamento ilegal de 560 hectares de vegetação nativa. Seu proprietário, Rui Jacinto da Silva, foi multado em R\$ 560 mil pela prática.

Entre os fornecedores do frigorífico habilitados a exportar para a União Europeia há também propriedades do Mato Grosso. Um exemplo é a Fazenda Agrochapada, um enorme latifúndio de 90 mil hectares em Paranatinga (MT). Além da pecuária, também ele se dedica ao plantio de grãos. A fazenda abasteceu o frigorífico goiano do Minerva em janeiro de 2021, meses após

obter na Justiça o desembargo de uma área em seu interior. A propriedade, que pertence à Agropecuária Chapada dos Guimarães S/A, teve uma área de 693 hectares embargada pelo Ibama em 2010. O órgão ambiental identificou queimadas ilegais no local.

A Repórter Brasil apurou que a Fazenda Agrochapada adquiriu animais para engorda de outra fazenda com embargo ambiental vigente na ocasião da compra. Trata-se da Fazenda Santa Luzia, de Marco Aurélio Machado. Desde 2011, a propriedade, localizada em Gaúcha do Norte (MT), possui 111 hectares embargados devido ao desmate ilegal de floresta amazônica. Ela forneceu gado para a Fazenda Agrochapada em 2019.



FAZENDA SÃO SEBASTIÃO
Jussara (GO)
Desmatou ilegalmente
560 hectares de Cerrado

ENCAMINHOU
ANIMAIS PARA



FAZENDA DONA ESTER
Jussara (GO)
Recebeu animais para
recria da Fazenda São
Sebastião

FORNECEU
ANIMAIS PARA:



FAZENDA SANTA LUZIA
Gaúcha do Norte (MT)
Possui 111 hectares embargados
devido ao desmate ilegal de
floresta amazônica

ENCAMINHOU
ANIMAIS PARA



FAZENDA AGROCHAPADA
Paranatinga (MT)
Fornecedora direta da Minerva

FORNECEU
ANIMAIS PARA:

MINERVA PALMEIRAS DE GOIÁS (GO)
Exportadora de carnes para a União Europeia



OUTRO LADO

Sobre a Fazenda Dona Esther, o Minerva afirma que ela está habilitada para comercialização de acordo com os critérios estabelecidos pela empresa. Mesmo caso da Fazenda Agrochapada, que, segundo o frigorífico, foi habilitada para comercialização recentemente, após a decisão judicial do desembargo de sua área. “A propriedade permaneceu bloqueada no sistema da empresa até fevereiro de 2020”, diz o frigorífico.

Sobre as fazendas fornecedoras de gado para estes fornecedores diretos, a companhia informou apenas que elas

não fazem parte do seu cadastro de fornecedores.

“É importante também destacar que atualmente não há dados e estatísticas acessíveis e confiáveis sobre a cadeia de rastreabilidade completa de gado para determinar o número de fornecedores indiretos no Brasil”, complementa o frigorífico. O Minerva informa ter iniciado testes com a ferramenta Visipec, que avalia os riscos relacionados ao elo da cadeia, e que foi desenvolvida pela Universidade de Wisconsin em parceria com a National Wildlife Federation (NWF). Os resultados preliminares, segundo a empresa, apontaram mais de 99% de conformi-

dade nas fazendas indiretas de nível 1 com os critérios definidos pelas Boas Práticas do Grupo de Trabalho dos Fornecedores Indiretos (GTFI).

O posicionamento completo encaminhado pelo frigorífico está disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/07/ranchers-and-beef-companies/>.

Foram encaminhados questionamentos por email à Agropecuária Chapada dos Guimarães e ao pecuarista Marco Aurélio Machado, porém não houve resposta. José Nivaldo Guarnieri e Rui Jacinto de Souza não foram localizados.



VAREJO INTERNACIONAL

As plantas de abate e de processamento de carnes citadas neste relatório são, todas elas, importantes unidades exportadoras. Através delas, a carne brasileira chega inclusive às prateleiras de gigantes do varejo internacional.

A Repórter Brasil identificou exemplos dessa realidade durante pesquisas in loco realizadas em supermercados dos Estados Unidos e na União Europeia. Entre março e maio de 2021, a organização mapeou carnes brasileiras oriundas dos abatedouros mencionados neste relatório sendo vendidas por 13 grandes varejistas globais. O levantamento, realizado na Bélgica, Holanda, Alemanha, Reino Unido, França e Estados Unidos, incluiu a visita a 26 lojas dessas redes, além de pesquisas online complementares.

Os resultados dessa investigação trazem diversos exemplos conectando grandes empresas do setor varejista a cadeias produtivas em risco de contaminação pelo desmatamento ilegal.

Os resultados da investigação mostram diversos exemplos de desmatamento ilegal ligados às referidas unidades da JBS, Marfrig e Minerva. Além disso, também abordam situações relacionadas à invasão de terras indígenas por pecuaristas fornecedores. São problemas que, nesse contexto, estão conectados à rede de negócios dos varejistas identificados adquirindo produtos dessas plantas. São eles: Albert Heijn, Auchan, Carrefour, Costco, Delhaize, Edeka, Lidl, METRO, Netto, Plus, REWE, Sainsbury's e Stop&Shop.

CORTES NOBRES

Entre os varejistas visitados, o Lidl e o METRO se destacaram no segmento de carnes “in natura”. Durante as pesquisas, foram encontrados cortes nobres de origem brasileira em lojas europeias de ambas as redes.

No caso do Lidl, todos eram vendidos como produtos de “carne premium” (Premium Vlees). Na Holanda, o Lidl disponibiliza aos seus clientes filé de costela e entrecôte marca-própria oriundo das seguintes plantas de abate:

- JBS de Campo Grande (MS)
- Minerva de Palmeiras de Goiás (GO)
- Marfrig de Tangará da Serra (MT).

A rede Lidl está presente em 31 nações europeias, além dos Estados Unidos. Possui mais de 11 mil lojas espalhadas nestes países. O grupo Schwarz, dono da rede e de outras bandeiras de supermercados, é apontado em diversos rankings como a maior corporação varejista da União Europeia. Seu faturamento anual em 2020 foi de 113 bilhões de euros.

Procurado pela Repórter Brasil, o grupo ressaltou que mais de 90% do bife vendido pelo Lidl é de origem europeia. Disse, ainda, que a rede está comprometida com a meta de manter cadeias de fornecimento livres de desmatamento. “Nós entendemos a importância de manter florestas e ecossistemas naturais saudáveis, para as pessoas, o planeta, e para os negócios. Nesse contexto, nos compromete-

mos a atingir o desmatamento zero e nenhuma conversão (de matas nativas) até 2025.”, afirma o grupo Schwartz.

Em relação ao METRO, verificou-se a venda, na Alemanha, de filé mignon oriundo dos seguintes matadouros:

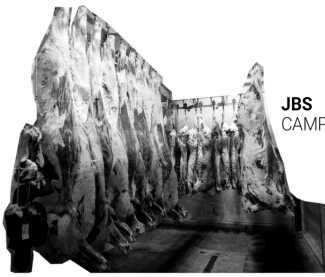
- Marfrig de Tangará da Serra (MT)
- Marfrig de Mineiros (GO)

O varejista, igualmente sediado na Alemanha, opera em 26 países através das bandeiras de supermercados METRO e MAKRO. Além de estar presente na maioria dos países europeus, o grupo também controla supermercados na Ásia. Em 2020, seu faturamento foi de 26 bilhões de euros.

Assim como o Lidl, o METRO ressalta que a maior parte dos seus produtos de carne bovina tem origem regional, especialmente na Europa. Mesmo assim, afirma integrar diversas iniciativas – como a Forest Positive Coalition, do Consumer Goods Forum (CGF) – para combater o desmatamento associado ao setor.

A empresa destaca ainda integrar o grupo de apoio do Manifesto do Cerrado, que apela ao governo brasileiro por melhores medidas de proteção às florestas e aos povos indígenas. “Estamos estabelecendo um roteiro e estamos em discussões com grandes frigoríficos e comerciantes de carne para trabalhar em cadeias de abastecimento que sejam livres de desmatamento e violação dos direitos humanos”, afirma a empresa.

Também o Lidl está entre os signatários do Manifesto do Cerrado. Assinam a iniciativa as subsidiárias Lidl UK GmbH e Lidl Nederland.



JBS
CAMPO GRANDE (MS)



MARFRIG
TANGARÁ DA
SERRA (MT)

MINERVA
PALMEIRAS
DE GOIÁS (GO)



MARFRIG
TANGARÁ DA SERRA (MT)



MARFRIG
MINEIROS (GO)



CARNE ENLATADA

Na pesquisa realizada durante o primeiro semestre de 2021, a Repórter Brasil também identificou a venda de carne enlatada brasileira em grandes supermercados globais. Os produtos ofertados aos consumidores destes países incluem itens fabricados pela JBS em Lins (SP), outra planta de abate citada nos estudos de caso deste relatório.

O produto foi encontrado nos seguintes varejistas e países:

- Albert Heijn (Holanda)
- Plus (Holanda)
- Stop&Shop (Estados Unidos)
- Sainsbury's (Reino Unido)

Todas essas empresas receberam emails detalhando os problemas que a Repórter Brasil identificou na rede de fornecimento de gado para essa unidade específica da JBS. Entre elas, apenas a Plus não se manifestou. Trata-se de uma cooperativa de supermercados de origem holandesa que opera 270 lojas naquele país.

Albert Heijn e Stop&Shop são redes varejistas pertencentes ao grupo belga-holandês Ahold Delhaize, que possui operações em oito países europeus, além dos Estados Unidos e da Indonésia. Ambas responderam separadamente.

“Albert Heijn está empenhada em prevenir o desmatamento e violações de direitos humanos em nossas cadeias de suprimentos de marca própria. No entanto, o produto ao qual você está se referindo (carne enlatada) não é um produto de marca própria”, diz a empresa. O varejista ressalta, no entanto,

que também espera a adoção de boas práticas por fornecedores de produtos de marcas independentes.

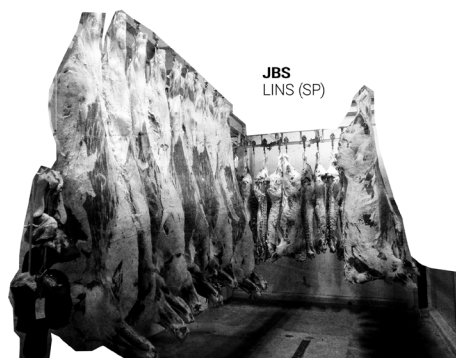
A Albert Heijn é a maior rede de supermercados da Holanda. Além disso, também está presente na Bélgica, controlando mais de mil lojas nesses dois países vizinhos.

A rede Stop&Shop, por sua vez, opera aproximadamente 400 supermercados na costa oeste dos Estados

Unidos. A empresa afirmou trabalhar consistentemente “com todos os nossos fornecedores para garantir padrões elevados”. Disse ainda que continuará a demandar de seus fornecedores de carne bovina a preservação e proteção dos recursos naturais.

A rede britânica Sainsbury’s, uma das maiores cadeias de supermercados do Reino Unido, disse apoiar os acordos setoriais em voga para acabar com

o desmatamento na Amazônia e no Cerrado. “Se identificarmos fornecedores que não estão dispostos a reconhecer problemas com sua produção ou a trabalhar juntos para remediá-los, revisaremos nosso relacionamento comercial com eles e romperemos os laços, se necessário”, diz o varejista.



JBS
LINS (SP)

FABRICA CARNES ENLATADAS



VENDIDO POR:



ALBERT HEIJN

A empresa afirmou que está empenhada em prevenir o desmatamento e violações de direitos humanos nas cadeias de produção própria. O produto referido não é um deles.



STOP & SHOP

Afirmou trabalhar consistentemente “com todos os fornecedores para garantir padrões elevados”. Disse ainda que continuará a demandar de seus fornecedores de carne bovina a preservação de recursos naturais.

MESMO GRUPO:
AHOLD DELHAIZE
(BELGA-HOLANDÊS)



SAINSBURY'S

É uma das maiores cadeias de supermercados do Reino Unido. Disse apoiar os acordos setoriais em voga para acabar com o desmatamento na Amazônia e no Cerrado.



PLUS

Uma cooperativa de supermercados holandesa que opera 270 lojas no país. Não se manifestou quanto a este relatório.



BEEF JERKY

O beef jerky fabricado pelo grupo JBS em Lins (SP) e em Santo Antônio da Posse (SP) pode ser encontrado nas prateleiras de diversos varejistas europeus. Além disso, também é vendido em supermercados dos Estados Unidos.

O produto é feito através do processamento de carnes oriundas de diferentes abatedouros do grupo no Brasil. “A unidade (...) em Santo Antônio de Posse (SP) pode receber carne de qualquer unidade da JBS para processamento, respeitando o cumprimento da Política de Compra Responsável de Matéria-Prima da Companhia e as habilitações de mercado de cada uma das plantas, assim como demandas específicas de clientes quanto ao produto”, confirmou a JBS em nota encaminhada à Repórter Brasil.

Durante o primeiro semestre de 2021, a Repórter Brasil identificou nos

varejistas e países elencados abaixo a venda de beef jerky brasileiro produzido pelo grupo JBS. Na grande maioria dos casos, eram produtos da marca Jack Links fabricados em Santo Antônio da Posse. A exceção foi a rede norte-americana Costco, que foi identificada comercializando itens da marca Sampo – uma empresa do grupo JBS – produzidos em Lins.

- Carrefour (Bélgica)
- Delhaize (Bélgica)
- Edeka (Alemanha)
- REWE (Alemanha)
- METRO (Alemanha)
- Netto (Alemanha)
- Lidl (Holanda)
- Auchan (França)
- Costco (Estados Unidos)

A Repórter Brasil procurou todas essas empresas para obter esclarecimentos sobre as suas políticas de originação de carne bovina brasileira, frente aos problemas identificados na

cadeia produtiva de abatedouros da JBS. Delhaize, Edeka, Netto e Auchan não responderam. A rede Costco afirmou que não comentaria. O posicionamento do METRO e Lidl, por sua vez, já foi detalhado anteriormente.

O grupo Carrefour, de origem francesa, afirma utilizar uma ferramenta de geomonitoramento que verifica se suas compras não são oriundas de fazendas em regiões desmatadas, unidades de conservação ambiental, terras indígenas, áreas embargadas por crimes ambientais ou de áreas com presença de trabalho escravo. “Reuniões regulares são realizadas para engajar os fornecedores nos esforços para o Desmatamento Zero e uma governança interna foi criada para acompanhar a implementação desta política”, diz o grupo. Tais políticas, desenvolvidas originalmente pela subsidiária do Carrefour no Brasil, devem ser, segundo o grupo, aplicadas

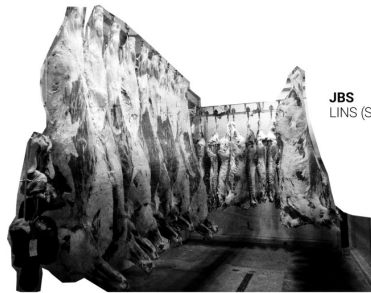
de forma semelhante em outras regiões de atuação do varejista.

Já o grupo alemão REWE destacou estar há anos comprometido com a proteção da floresta tropical e a defesa dos direitos humanos na Amazônia. Disse, ainda, ser signatária de cartas e manifestos em defesa da região

e também do Cerrado, outro bioma brasileiro afetado por altos índices de desmatamento. “O Grupo REWE não comercializa carnes frescas de marca própria do Brasil em suas gamas de produtos”, ressaltou ainda o grupo.

A resposta na íntegra de todos os varejistas que responderam à Re-

pórter Brasil pode ser acessada no link: <https://reporterbrasil.org.br/2021/07/international-retailers/>.



JBS
LINS (SP) / SANTO ANTÔNIO DA POSSE (SP)

FABRICA BEEF JERKY



VENDIDO POR:



CARREFOUR



DELHAIZE



EDEKA



REWE



METRO



NETTO



LIDL



AUCHAN



COSTCO

DEVASTAÇÃO NO PRATO DO CONSUMIDOR

Os casos elencados nesta publicação confirmam, mais uma vez, que frigoríficos exportadores seguem sendo abastecidos por fornecedores associados ao desmatamento ilegal. É um problema que afeta não só o gado oriundo da Amazônia, mas também de outros biomas brasileiros – como o Cerrado e o Pantanal – sob intensa pressão pela expansão das pastagens. Estados Unidos e países europeus não estão imunes a essa cadeia produtiva. Assim como outras regiões importadoras, fazem parte da rota de escoamentos de produtos ligados à devastação ambiental.

Para os consumidores desses países, o risco de contaminação das suas refeições não pode ser descartado. Nem mesmo quando a carne adquirida vem de plantas industriais distantes centenas de quilômetros, ou até mesmo milhares, das principais zonas afetadas pelo desmate de matas nativas – como é o caso de grande parte das exportações de carne brasileira para a União Europeia e para a América do Norte.

Há dois grandes gargalos nesse contexto. O primeiro diz respeito às compras de produtos processados, como as carnes enlatadas e o beef je-

rky. São itens geralmente produzidos em indústrias próximas aos maiores centros urbanos do Brasil. No entanto, tais estabelecimentos utilizam matéria-prima oriunda de diferentes abatedouros espalhados pelo país. Podem conectar, dessa forma, o gado abatido em biomas distantes com a carne encaminhada ao mercado externo.

Outro gargalo são os fornecedores indiretos. Mesmo pecuaristas instalados em fronteiras agrícolas consolidadas, que geralmente enviam animais para o abate em frigoríficos próximos, podem – e frequentemente o fazem – adquirir bois e vacas de fazendas muito distantes. Ou seja, abater animais de propriedades nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste não exclui a possibilidade de que eles tenham nascido ou pastado, em algum momento de suas vidas, em áreas de desmate ilegal na Amazônia, no Cerrado ou no Pantanal.

O rebanho brasileiro não dispõe de sistemas de rastreabilidade efetivos para mapear, de forma abrangente, todos os estabelecimentos por onde transitam esses bovinos. Padecem do problema inclusive os três maiores frigoríficos brasileiros – JBS, Marfrig e Minerva –, que são também os principais

fornecedores de carne bovina para os Estados Unidos e a União Europeia.

No ano passado, pressionados por investidores e pela sociedade civil frente ao aumento da derrubada de florestas no Brasil, todos eles anunciaram o intuito de desenvolver estudos, ferramentas e metodologias para avançar nesse rastreamento. As metas apresentadas, no entanto, são de longo prazo. JBS e Marfrig se comprometeram ter plena rastreabilidade dos fornecedores até 2025 e 2030, respectivamente. A Minerva, por sua vez, não apresentou um calendário para alcançar o mesmo objetivo.

Além disso, não há detalhamento sobre como será implementada essa nova rodada de promessas – incluindo, por exemplo, aspectos relevantes das metodologias de rastreamento adotadas, os mecanismos para coibir fraudes documentais e como os supostos resultados alcançados poderão ser monitorados por terceiros. Pesam contra as empresas, por fim, o fato de promessas similares já terem sido feitas no passado, sem que a rastreabilidade evoluísse de fato.



SISBOV: RASTREABILIDADE SEM USO SOCIOAMBIENTAL

Importante ressaltar que o Brasil já possui um segmento de mercado que garante a rastreabilidade de fornecedores indiretos. Trata-se justamente da exportação de carnes “in natura” – ou seja, não processadas – à União Europeia. Para esse setor específico, são obrigatórias as regras do Sisbov, que preveem a identificação individual dos animais por meio de brincos e de outras tecnologias.

Fazendas que querem exportar para o bloco europeu precisam, necessariamente, fazer parte do Sisbov. E, para isso, é obrigatório registrar a origem dos animais adquiridos de outras propriedades numa base de dados gerenciada pelo governo federal.

O Sisbov existe há quase 20 anos, e foi criado para realizar o monitoramento sanitário do rebanho. Visa, basicamente, garantir alimentos livres de doenças que possam afetar a saúde humana. No entanto, também coleta e gerencia informações que, em teoria, permitiriam aplicar a fornecedores indiretos os compromissos socioambientais já assumidos pelos três grandes frigoríficos em relação às fazendas fornecedoras diretas.

Mas isso não ocorre na prática, conforme explicitado nos estudos de caso deste relatório. Os frigoríficos alegam não ter acesso às informações sobre fornecedores indiretos registradas na base de dados do Sisbov, mantida e gerenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Tampouco há evidências de mobilizações do setor para mudar essa realidade, visando garantir a aplicação de critérios socioambientais de compra para todos os elos da cadeia de forne-

cedores registrados neste sistema de rastreabilidade.

MESMO DONO, CRITÉRIOS DIFERENTES

Há, além do Sisbov, outras possibilidades de rastreamento dos fornecedores indiretos não devidamente exploradas para fins socioambientais. Um exemplo envolve a própria Marfrig e a empresa de confinamentos MFG Agropecuária. Ambas as companhias pertencem ao mesmo dono. Ainda assim, conforme confirmou o frigorífico à *Repórter Brasil*, nem mesmo nesse caso a Marfrig acessa informações sobre seus fornecedores indiretos – ou seja, as fazendas que encaminham gado para a engorda final nos confinamentos da empresa-irmã.

Pior ainda, o relacionamento umbilical da MFG Agropecuária com o frigorífico não impediu a empresa de confinamento de adotar práticas socioambientais distintas daquelas anunciadas pela Marfrig. Um exemplo, revelado neste relatório, foi a aquisição, em 2018, de animais de uma fazenda multada por invadir uma Terra Indígena. A MFG Agropecuária afirma que, a partir de 2019, teria mudado essa situação, passando a incorporar protocolos de compra responsável similares aos da Marfrig.

Por fim, vale ressaltar o caso da Fazenda Matrinchã, que mostra a aquisição, por esse mesmo frigorífico, em 2021, de animais provenientes de uma fazenda com área embargada por desmatamento ilegal. É, portanto, um problema relacionado a um fornecedor direto. O caso revela que as políticas de monitoramento para esses fornecedores ainda trazem lacunas em determinados biomas, como o Cerrado, ou mesmo para incorporar embargos estaduais no bloqueio de fornecedores

– para além dos embargos federais já comumente incorporados.

GTAS: FALTA DE TRANSPARÊNCIA

Um dos principais gargalos no rastreamento do gado é a falta de transparência das Guias de Trânsito Animal (GTAs). Emitidas por órgãos estaduais de defesa agropecuária, com a finalidade de realizar o controle sanitário do rebanho, esses documentos informam basicamente a origem e o destino de qualquer carregamento de bois – entre propriedades rurais ou entre fazendas e frigoríficos. Sua emissão é obrigatória para todo e qualquer trânsito de bovinos no país. Trata-se do banco de dados com maior abrangência – e, portanto, maior potencial – para o devido rastreamento de fornecedores indiretos.

As informações das GTAs, no entanto, não estão disponíveis para consulta de forma agregada pelos diferentes atores da cadeia produtiva. Uma situação que ocorre à revelia de recomendações já feitas pelo Ministério Público Federal (MPF) a diversos governos estaduais, demandando que esses documentos sejam disponibilizados publicamente dessa forma, em canais de fácil acesso. A abertura destes dados, no entanto, encontra forte oposição em lobbys do setor agropecuário.

Entidades representantes de pecuaristas alegam que o uso das GTAs para fins socioambientais pode configurar a exposição de dados patrimoniais sigilosos e tende a gerar fraudes documentais – falsas declarações de origem – num sistema supostamente confiável, comprometendo assim o monitoramento sanitário do rebanho²². Mas a verdade é que, já nos dias de hoje, é recorrente o uso de GTAs fraudulentas para acobertar transporte irregular de gado. Um problema ligado não só aos

critérios de compra responsável adotados por frigoríficos, mas também ao transporte clandestino para sonegar impostos²³ ou mesmo para acobertar o trânsito de animais roubados²⁴.

Mesmo com todo o seu potencial para melhorar a rastreabilidade da pecuária, a transparência das GTAs por si só não resolveria todos os gargalos do setor. Isso porque, atualmente, é muito fácil fraldar as informações inseridas nessas guias. Um exemplo comumente verificado são as fazendas que emitem grande quantidade de GTAs, relacionadas à entrada e saída de animais, sem possuir uma área de pastagem capaz de abrigar a quantidade de gado informada. São típicos casos associados à lavagem de gado.

RESPONSABILIDADES DO VAREJO

Um dos principais gargalos no rastreUm dos principais gargalos no

ras-treDiante deste cenário, grandes varejistas internacionais precisam aprofundar o seu engajamento com o setor se quiserem garantir o cumprimento de promessas de sustentabilidade e de desmatamento zero em seus negócios. Não há, ainda, soluções claras à vista para a crise ambiental da pecuária brasileira.

Ações mais efetivas por parte do setor encontram inclusive respaldo em legislações internacionais que demandam medidas para prevenir e mitigar violações ambientais e de direitos humanos entre os fornecedores. Um desdobramento prático dessa realidade ocorreu em março de 2021, quando uma coalização de organizações da sociedade civil, sediadas no Brasil e na França, ingressou com uma ação criminal contra o grupo varejista Casino, acusado de vender carnes ligadas ao desmatamento ilegal e à invasão de áreas indígenas na Amazônia. O Casino controla supermercados na Europa, América Latina, África e Oriente Médio.

É, inclusive, um dos maiores grupos de varejo atuantes no Brasil.

As organizações litigantes demandam que o Casino garanta a rastreabilidade da carne comercializada desde a origem. Ressaltam, ainda, que isso deve ser feito por meio de uma ferramenta de monitoramento verificada por terceiros, de forma independente, e na qual a origem da carne possa ser rastreada publicamente. Essa ferramenta também deve incluir meios adequados para combater as práticas de “lavagem de gado”²⁵.

Varejistas internacionais também são demandados a cobrar transparência das autoridades brasileiras, de forma que elas garantam à sociedade o acesso irrestrito aos dados já disponíveis para rastrear o ciclo de vida do gado. E que, além disso, seus contratos de compra sejam suspensos com todos os frigoríficos atuantes na Amazônia legal – ao menos até que haja condições mínimas para realizar a due diligence básica de suas operações²⁶.



RECOMENDAÇÕES

A pecuária é a maior impulsora do desmatamento globalmente, mas tem um papel especialmente desproporcional no desmatamento e na conversão de terras na Amazônia e no Cerrado brasileiros. Até o momento, os esforços de sustentabilidade dos maiores frigoríficos do Brasil têm sido limitados, com progresso lento, monitoramento insuficiente e resistência em expandir os esforços para toda a cadeia de abastecimento.

Enquanto isso, o Brasil tem visto taxas alarmantes de desmatamento nos últimos anos: a perda da floresta amazônica entre agosto de 2020 e julho de 2021 foi a maior em uma década²⁷. A destruição da floresta no Cerrado nos primeiros oito meses de 2021 é 25% maior do que em 2020²⁸. Hoje, o desmatamento é a principal fonte de emissões de gases de efeito estufa no Brasil²⁹.

Os desafios de rastreabilidade do setor têm contribuído para essa falta de progresso e não garantem aos usuários finais de produtos pecuários de que

suas cadeias de abastecimento estão livres de danos ambientais e sociais.

Mesmo assim, os frigoríficos têm enfrentado pressão de mercado insuficiente para investir em rastreabilidade e, mais amplamente, para se comprometer com ações de sustentabilidade, especialmente fora da Amazônia.

Em resposta à crítica necessidade de ação do setor privado, existe uma oportunidade para esclarecer os pedidos de prioridade da sociedade civil para os frigoríficos e os compradores de produtos pecuários. Os frigoríficos atuam como um ponto de concentração para influenciar a produção de gado e desvincular a pecuária da conversão de terras e das violações dos direitos humanos.

Além disso, varejistas e fabricantes de bens de consumo têm um papel crítico a desempenhar ao exercer pressão de mercado sobre os frigoríficos, especialmente porque os consumidores exigem cada vez mais carne sustentável e ética. Uma pesquisa recente do YouGov e da Mighty Earth

mostra que, no Reino Unido, 87% dos clientes entrevistados indicaram que não gostariam que seu supermercado fizesse negócios com empresas que estão causando a destruição da Amazônia - e 56% dos compradores do Reino Unido comprariam produtos livres de desmatamento, se oferecidos³⁰. Essas tendências são replicadas em outros países europeus, incluindo França³¹, Alemanha³² e Holanda³³.

DEMANDAS PARA UMA CADEIA DE SUPRIMENTOS LIVRE DE DESMATAMENTO

A investigação apresentada neste relatório foi produzida pela Repórter Brasil em parceria com a organização global de advocacy Mighty Earth.

Abaixo apresentamos as recomendações da Mighty Earth para o setor.

Pedidos aos frigoríficos brasileiros

(Mighty Earth)

Em resumo:

- 1. Estabelecer um compromisso público com a produção livre de desmatamento e conversão no uso do solo.** Este compromisso deve ir além da conformidade legal para cobrir todas as conversões em todas as áreas de aquisição de gado
- 2. Incluir uma data limite nas diretrizes de aquisição de gado:** para a Amazônia de 2009 para fornecedores diretos, 2019 para fornecedores indiretos e 2020 para todas as outras áreas (consistente com as diretrizes propostas pela Comissão Europeia de uma data limite de 31 de dezembro de 2020).
- 3. Estabelecer um sistema de gestão da cadeia de suprimentos:** para selecionar ativamente todas as transações potenciais com fazendas fornecedoras diretas (antes da compra) visando garantir o cumprimento dos critérios de desmatamento do Prodes, embargos do IBAMA, lista de trabalho escravo, invasões de terras indígenas e unidades de conversação.

4. **Melhorar a rastreabilidade:** Alcançar uma rastreabilidade eficaz nas cadeias de abastecimento, adotando ferramentas confiáveis para ligar fazendas de fornecimento direto e indireto (por exemplo, Visipec).
5. **Comprometer-se a apresentar relatórios regulares sobre os resultados de verificação monitoramento,** pelo menos semestralmente. Os relatórios devem abranger os incidentes de não conformidade na cadeia de abastecimento e as medidas tomadas, juntamente com o progresso no combate ao desmatamento. Qualquer relatório deverá verificar os resultados por meio de auditorias independentes, seguindo o protocolo de auditoria harmonizado descrito na Boi na Linha.
6. **Empreender advocacy, apoiar a entrega e monitoramento eficazes dos compromissos de desmatamento,** incluindo o apoio à rastreabilidade e acessibilidade dos dados do GTA e do CAR, a interoperabilidade dos sistemas de informação existentes e a inclusão de fornecedores indiretos no TAC.
7. **Alterar investimentos para um modelo de negócios alinhado com a meta do Acordo de Paris de limitar o crescimento das temperaturas globais a 1,5 graus Celsius.** Isso inclui medir o impacto do gado na produção de emissões e aumentar o investimento na regenerativa e na produção de proteínas alternativas

NOTAS

- 1** IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>
- 2** INPE, Projeto Terra Class 2014: http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/terraclass2014.php
- 3** JBS, Relatório de Sustentabilidade 2020: <https://ri.jbs.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>
- 4** Greenpeace, Relatório Anual 2009: https://www.greenpeace.org/static/planet4-brasil-stateles-s/2018/10/86a491a4-relatorio_anual_greenpeace_2009.pdf
- 5** Termo de Ajustamento de Conduta (TAC): https://www.beefontrack.org/public/media/arquivos/1597413358-tac_mt_-_jbs.pdf
- 6** Classificação geopolítica adotada pelo Estado brasileiro que engloba os nove estados do Brasil abrangidos pela bacia hidrográfica Amazônica
- 7** Mighty Earth, Fact Check: JBS Exaggerates Deforestation Commitment: <https://www.mightyearth.org/2020/10/05/fact-check-jbs-exaggerates-deforestation-commitment/>
- 8** USDA, “Livestock and Poultry: World Markets and Trade”: <https://www.fas.usda.gov/data/livestock-and-poultry-world-markets-and-trade>
- 9** Dados excluem o Reino Unido
- 10** ABIEC, “Beef Report 2021”: <http://abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2021/>
- 11** Comex Stat: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>
- 12** Idem
- 13** Idem
- 14** Trase: <https://trase.earth/>
- 15** Independent, “Major UK supermarkets ‘buy corned beef from meat firm linked to illegal razing of Amazon rainforests’”: <https://www.independent.co.uk/climate-change/news/asda-lidl-waitrose-amazon-rainforest-destruction-beef-brazil-environment-a8918981.html+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>
- 16** “geographically separated from the Amazon biome area, ensuring that no beef from the Amazon is used in their products”
- 17** Semas, Selo Verde Pará: <https://www.semas.pa.gov.br/seloverde/>
- 18** <https://www.youtube.com/watch?v=c2xXmtUo1PY>

19 A certificação Sisbov não é exigida para a venda de carnes processadas

20 Site da iniciativa: <https://www.pecuariatransparente.org.br>

21 Repórter Brasil, “Amazônia: como criadores de gado driblam acordo com MPF e incentivam desmatamento”: <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/amazonia-como-criadores-de-gado-driblam-acordo-com-mpf-e-incentivam-desmatamento/>

22 Broadcast Agro, “Criadores Questionam Ferramenta Proposta Por Frigoríficos Para Rastrear Fornecedor Indireto De Gado”: <http://broadcast.com.br/cadernos/agro/?id=WHk2bFJ3OHBxQjQvdkNMcfIhN2hMZz09>

23 Governo Estadual do Acre, “Polícia Civil deflagra Operação Fake Bois e desmantela esquema de emissão de guias de transporte animal”: <https://agencia.ac.gov.br/policia-civil-deflagra-operacao-fake-bois-e-desmantela-esquema-de-emissao-de-guias-de-transporte-animal/>

24 G1, “Polícia prende sete suspeitos de envolvimento em roubo de gado e uso de documentos falsos no Acre”: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/04/06/policia-prende-sete-suspeitos-de-envolvimento-em-roubo-de-gado-e-uso-de-documentos-falsos-no-acre.ghtml>

25 Formal notice - Article L. 225-102-4.-I and II of the Commercial Code: https://www.mightyearth.org/wp-content/uploads/Formal-notification_Casino-Seattle.pdf

26 Global Witness, “Beef, Banks and the Brazilian Amazon”: https://www.globalwitness.org/documents/20061/Beef_Banks_and_the_Brazilian_Amazon_EN_-_December_2020_medium_res.pdf

27 The Guardian, “Deforestation in Brazilian Amazon hits highest annual level in a decade”: <https://www.theguardian.com/environment/2021/aug/20/brazil-amazon-deforestation-report-bolsonaro-climate>

28 WWF, “Dia do Cerrado: Desmatamento acumulado em 2021 aumentou 25% em relação a 2020”: <https://www.wwf.org.br/?79829/Dia-do-Cerrado-Desmatamento-acumulado-em-2021-aumentou-25-em-relacao-a-2020>

29 Reuters, “Brazil's greenhouse gas emissions rose 9.5% in 2020 with Amazon deforestation -study”: <https://www.reuters.com/world/americas/brazils-greenhouse-gas-emissions-rose-95-2020-with-amazon-deforestation-study-2021-10-28/>

30 Mighty Earth, “Poll: 88% of Tesco Customers Believe Supermarkets Shouldn't Do Business with Deforesters”: <https://www.mightyearth.org/uk-poll>

31 Mighty Earth, “Sondage : Neuf clients de Carrefour sur dix conviennent que les supermarchés ne devraient pas faire affaire avec les déforesteurs: <https://www.mightyearth.org/sondage-francais>

32 Mighty Earth, “Umfrage: 89% der EDEKA-Kunden sind der Meinung, dass Supermärkte keine Geschäfte mit Abholzern machen sollten”: <https://www.mightyearth.org/deutsche-umfrage>

33 Mighty Earth, “Peiling: 85% Albert Heijn-klanten Vindt dat Supermarkten Geen Zaken Moeten Doen met Aanjagers Ontbossing”: <https://www.mightyearth.org/nederlandse-peiling>